

DIVERSIDADE RELIGIOSA E DIREITOS HUMANOS

Rosa Maria Godoy Silveira¹

Lilian Blanck de Oliveira²

Simone Riske-Koch³

Elcio Cecchetti⁴

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar as pessoas precisam aprender; e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.

(Nelson Mandela)

1

1- O HUMANO E A TRANSCENDÊNCIA

Desde tempos remotos na história, dos inícios da presença humana na Terra, os seres humanos têm buscado respostas para o enigma da sua própria existência e da criação do Universo como um todo, bem como do sentido da vida terrena e após a morte. Nessa busca, o humano criou formas de comunicação e linguagem, inventou e aprimorou tecnologias e produziu os mais variados tipos de conhecimentos, como o religioso, o artístico, o filosófico, o científico, entre outros.

Inseridos em diferentes sociedades, os sujeitos, cada qual com seus territórios e territorialidades, ao inventarem artefatos para suprirem suas necessidades, construíram e atribuíram diversos significados às suas experiências. Deste modo, o agir humano foi se configurando além da pura materialidade, por meio de uma práxis

¹ Pós Doutorado em História. Docente da Universidade Federal da Paraíba nos Programas de Mestrado de História e Ciências Jurídicas/Área Direitos Humanos.

² Doutorado em Teologia – Área: Educação e Religião. Docente na Universidade Regional de Blumenau no Programa de Mestrado de Desenvolvimento Regional – FURB/SC.

³ Mestrado em Educação. Coordenadora e docente no Curso de Ciências da Religião – Licenciatura em Ensino Religioso na Universidade Regional de Blumenau - FURB/SC.

⁴ Mestrado em Educação. Assistente Técnico-Educacional na Assessoria de Formação e Prática Pedagógica da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina – SED/SC.

social impregnada pela reflexão e significação das coisas do mundo (ANDRÉ; LOPES, 1995).

Os seres humanos condicionados por fatores genéticos, geográficos, culturais e sociais perceberam-se como seres finitos e inconclusos em um mundo que se impõe em constante ameaça (caos). Mas, ao mesmo tempo, descobriram-se como seres de transcendência, não determinados pelo mundo, pois, pelas ações e relações, produziam inúmeras possibilidades para sua sobrevivência.

A transcendência emerge como uma atitude de rebeldia do humano contra os limites do cotidiano buscando superar as condições e limitações por meio do desejo, da intuição e da criatividade. Ao vivenciar situações que estimulam a ruptura provisória das rotinas e a suspensão temporária da lógica cotidiana, percebe uma dimensão de sacralidade que se expressa no significado misterioso da existência (ANDRÉ; LOPES, 1995). Ao buscar compreender o contexto que o cerca, o humano procurou saber a razão do existir. Consciente de sua finitude, buscou respostas para aquilo que lhe é desconhecido, a fim de compreender os mistérios que o envolvem. Inquieto, procurou alternativas para acalmar a sua ansiedade, desenvolvendo conhecimentos que lhe deram condições de intervir no meio social e em si mesmo.

Na raiz da finitude humana está, portanto, a transcendência; é na busca e na descoberta de respostas que transcendem os seus próprios limites, que o humano (re)orienta seu sentido sobre a vida, deparando-se também com algo maior, indescritível e indefinível: o mistério/sagrado⁵.

A percepção do limite se radicaliza com a presença da morte. Diante dela, a finitude transparece e instaura-se a provisoriedade:

A certeza da morte estimula o desejo de superação e também abre espaço para um anseio de eternidade. A experiência da morte torna-se um dos alicerces da construção [...] do projeto humano. A subjetividade deixa de estruturar-se a partir dos limites (que a morte agudiza), e sim da possibilidade de superá-los. Não podendo vencer a morte no plano físico, o homem o faz no plano simbólico. O provisório contém em si sementes do eterno. (MARTINI, 1995, p. 35).

Assim, a morte, situação-limite por excelência, é tão fundamental, que as primeiras manifestações religiosas se concentram no culto dos mortos e, por consequência, no culto dos ancestrais (CATÃO, 1993). Essa tentativa de relacionar-se com os que habitam em outro tempo/espço, está expressa na forma de mitos e narrativas sagradas. Nestes, segundo Eliade (1992), os objetos do mundo e os atos humanos adquirem um valor especial, tornando-se reais,

⁵ O termo sagrado pode ser compreendido como uma “[...] relação de significados com o conjunto da existência; relação esta que é mediatiza, mas é também transcendente. Nós captamos esse significado por meio de elementos materiais, mas sabemos que o sagrado não se reduz a esses elementos. Ele comporta o oculto, o invisível, que costura os fatos pelo lado de dentro. Retrata o encontro do homem consigo mesmo e com o mundo. E neste encontro, ocorre um processo de significação” (ALMEIDA, 1995, p. 53).

porque participam de uma realidade que os transcende. Os objetos surgem como “receptáculos” de uma força exterior que a diferencia de seu próprio meio, lhe conferindo significado e valor. “Essa força pode estar na substância do objeto ou em sua forma física; uma rocha revela-se como objeto sagrado porque sua própria existência é uma hierofania: incompreensível, invulnerável, ela é aquilo que o homem não é” (ELIADE, 1992, p. 18).

Desse modo, no terreno da busca religiosa, a humanidade já construiu e continua construindo diferentes e múltiplas respostas à problemática da criação e da existência. De buscas e respostas se originam diferentes concepções sobre a(s) divindade(s), enquanto figura(s) ou fonte(s) da criação, em torno do qual se organizam um conjunto de crenças, mitologias, doutrinas ou formas de pensamento relacionadas com a esfera do sobrenatural, divino, sagrado e transcendental, além de rituais e códigos morais.

As religiões, portanto, fazem parte da cultura humana, presentes em todos os povos, em todas as épocas históricas. Nesse sentido, embora diferentes, todas têm algo em comum: a busca de uma relação com o mundo metafísico.

Para as mais antigas sociedades - mesopotâmia, européia-céltica, asiáticas, negro-africanas e culturas indígenas das Américas - ágrafas, de tradição oral, quando ainda os seres humanos não dispunham de conhecimentos e tecnologias mais sofisticadas, como atualmente, para explorarem e dominarem a Natureza, esta significava uma força muito poderosa e superior. Os elementos naturais eram divinizados, a exemplo do vento, da água, da terra, do fogo, dos animais e dos astros. Assim, as divindades eram simbolizadas em totens e fetiches, como vegetais, ossos, animais vivos ou mortos.

Para a maioria dos povos ancestrais, a compreensão da existência do sagrado/transcendente⁶ possibilitou a resposta para muitas das perguntas inexplicáveis. Estas respostas foram sendo dadas de modo diferente por cada cultura, por meio de seus **mitos**. Neles encontramos diferentes respostas para as perguntas mais profundas: desde a origem da vida e da humanidade, ao sentido do mundo e do caminhar humano.

Por meio dos mitos, ritos, símbolos, crenças e diferentes formas de relação com o sagrado, o humano realiza a mediação entre a imanência (existência concreta) e a transcendência (o caráter simbólico dos eventos).

O **animismo** é uma das primeiras manifestações religiosas da humanidade, na qual existe a crença e percepção de que o sagrado está presente em tudo e que todos os seres vivos possuem um “espírito” imortal.

Na Antiguidade surgiram culturas e religiões **politeístas**, as quais reverenciavam muitas divindades, geralmente relacionadas à criação e regência do mundo, cada uma com seu significado e ligada a um certo campo da atividade humana, áreas, objetos, instituições,

⁶ Muito elevado, superior, sublime, excelso; que transcende os limites da experiência possível, metafísico.

elementos naturais ou relações humanas. Um dos exemplos mais conhecidos são a cultura e religião grega, onde suas divindades eram representadas por figuras (esculturas e pinturas) zoo ou antropomórficas, com elementos retirados da Natureza, a exemplo de deuses(as) sob a forma de animais e vinculados a plantas.

Ainda na Antiguidade, no Oriente Médio, surgiram culturas e religiões **monoteístas**, defendendo a crença em um único Ser Superior, entendido como ser criador do mundo e dos humanos.

Embora cada tradição religiosa apresente elementos próprios, é também possível identificar uma série de elementos e características comuns, que podem contribuir na percepção da diversidade de manifestações e compreensões do fenômeno religioso:

a) Divindade(s) ou ser(es) superior(es) – geralmente compreendidos como criadores do cosmos e da humanidade, portadores de poderes sobrenaturais, capazes de influenciar e até modificar o acontecimento dos fatos;

b) Doutrinas – constituídas por sistemas de conhecimentos, significados, princípios, crenças e valores oriundos da relação e da (re)velação das divindades ou ser(es) sobrenatural(is), misterioso(s) ou metafísico(s);

c) Rituais – sistema de procedimentos ou práticas cerimoniais, que relembram ou imitam um acontecimento sagrado original, possibilitando às pessoas que deles participam, comunicarem-se e com (n)/vivenciarem o mistério/transcendente;

d) Símbolos – objetos, sinais, elementos da natureza, vestes e gestos que representam um significado sagrado, possibilitando a comunicação entre o humano e o mistério/transcendente;

e) Textos Sagrados – conjunto de costumes, tradições, mitos, conhecimentos, orações, valores, histórias, ritos e acontecimentos sagrados transmitidos de geração em geração, de forma oral ou escrita;

f) Ethos – conjunto de orientações para o relacionamento com o outro, com o mundo e com o transcendente, composto por valores, normas e limites ético-morais de cada grupo e/ou tradição religiosa;

g) Espaços/lugares sagrados – locais onde os integrantes de um grupo ou tradição religiosa se encontram, para realizar seus ritos e cultos religiosos;

h) Autoridades religiosas – agentes responsáveis pelos serviços de culto e rituais religiosos, como também, em algumas tradições religiosas, pela transmissão da doutrina, estudo e interpretação dos textos sagrados e pelas orientações ético-morais à comunidade.

Na riqueza e multiplicidade das diferentes formas de expressão, reflexão e construção histórico-culturais dos povos, em relação ao sagrado/transcendente, identificamos singularidades e pluralidades que, pela complexidade de seus referenciais, podem aproxi-

mar assim como problematizar e conflitar situações, relações, momentos, espaços e lugares.

Historicamente também identificamos pessoas que não integram um grupo ou tradição religiosa. Podem apresentar dúvidas em relação à religiosidade, assim como desenvolver uma religiosidade baseada em outros princípios como, por exemplo, no ateísmo, agnosticismo e deísmo.

Neste sentido, a sociedade se apresenta como um dos espaços onde continuamente transitam sujeitos, culturas e conhecimentos cujas vivências e redes de significados se percebem entretecidas com questões, que circunscrevem e indicam a presença do religioso numa perspectiva plural e cultural, fato que desafia e mobiliza uma série de atitudes e atividades de ordem pessoal e coletiva em relação ao diferente e às diferenças.

2 - INTOLERÂNCIA E CONFLITO RELIGIOSO

Ao longo da história, infelizmente, a convivência dos seres humanos, dos grupos sociais, das várias sociedades, com outros seres humanos, ou seja, com o Outro, nem sempre foi pacífica. A intolerância se expressa diante de várias diversidades: de gênero, de etnia, de geração, de orientação sexual, de padrão físico-estético, e, também, de religião/religiosidade.

A intolerância religiosa pode causar espanto, mas muitos conflitos e guerras violentas foram e ainda são travados em nome de uma determinada crença religiosa ou de outra. Este é um problema extremamente complexo porque tais confrontos, costumeiramente, não carregam motivações exclusivamente religiosas, mas a estas se somam razões de ordem econômica, social, política, cultural, variáveis a cada experiência histórica.

No universo que circunscreve questões relativas à religião, religiosidade e fé, os seres humanos foram criando e desenvolvendo leituras, olhares e saberes no campo religioso, buscando assim formas de romper mundos, descortinar outros horizontes movidos por interesses particulares ou de grupos específicos. Esses puderam, e ainda podem, desenvolver e instaurar processos de libertação e/ou opressão; autonomia e/ou dependência; participação e/ou alienação.

A religião, assim como a linguagem, pode endossar e subverter os sentidos, alienar pessoas e grupos sociais. Exemplo disso são algumas leituras de caráter religioso decorrentes de hermenêuticas que, utilizadas a favor dos interesses de alguns humanos, transitam e transcriam sentidos e significados, movendo mundos por meio de interesses pessoais, pronúncias que, muitas vezes, destroem, mutilam, matam e sentenciam mundos e vidas.

O dogmatismo religioso, segundo Martini (1995, p. 35), denominado também de *domesticação do sagrado*, consiste em fazer com que “indivíduos e grupos se projetem numa ilusória infinitude ao pretenderem realizar em si próprios a totalidade”. Esta postura impulsiona o surgimento da exclusão e do preconceito, grandes res-

ponsáveis pelos conflitos religiosos. Semanalmente, os jornais estampam manchetes de violência religiosa em todo o mundo. Entretanto, nem sempre é fácil discernir os motivos religiosos e políticos na origem da violência, pois os conflitos e as violências religiosas não nascem exclusivamente das religiões. Mesmo assim, Bobsin (2000, p. 29) destaca que “a religião é uma das dimensões da realidade; logo, faz parte dela. Um conflito entre povos com culturas e religiões distintas sempre terá uma dimensão religiosa”.

A intolerância de qualquer natureza para com o Outro gera a discriminação, o preconceito, o conflito, a violência e a guerra. Divergências religiosas resolvidas desse modo são anti-religiosas. Um dos erros mais trágicos e persistentes entre os seres humanos é o entendimento de que as idéias são mutuamente exclusivas, o que frustra intencionalidades de uma busca fraternal em possíveis diálogos e interações. Toda pessoa, povo e cultura contém algo que é de extrema relevância para os demais, por mais diferentes que estes o sejam entre si. Enquanto grupos e/ou pessoas pretenderem ter a exclusividade sobre a verdade e perdurar esta estreiteza de visão, a paz mundial permanecerá um sonho inatingível (FONAPER, 1997).

O princípio da ética da alteridade é o respeito pelo diferente – o Outro. O rosto do Outro convoca, interpela e convida. A ética da alteridade revela, no rosto do Outro, seu infinito. Esta compreensão quebra paradigmas tradicionais estabelecidos por outras éticas. O que identifica o Outro é o seu rosto e é, muitas vezes, no rosto do Outro que o Eu encontra a sua própria identificação. O ser humano se vê no Outro, pois há uma interpelação, quando está diante do rosto do Outro. Assim, não há ética quando se considera só um indivíduo, não há ética quando construída a partir do Eu considerado protótipo de toda a humanidade. Acima e antes de tudo, a ética é uma relação primordial (LEVINÁS, 2005).

Diante do complexo e excludente quadro mundial, vozes se elevam em todo o planeta em defesa da construção de uma ética que encaminhe vivências mais fraternas, solidárias e humanas. As religiões e a educação são pontas do *iceberg* a demarcar espaços vitais a serem mobilizados. Hans Kung (1992) é um dos teólogos da atualidade que pesquisa, apresenta e discute amplamente essa temática. A educação é apontada como uma das formas basilares a inibirem barbáries como a de Auschwitz, da Candelária, de Sete Missões, da Bósnia, de Ruanda, do Iraque, entre outras, e encaminharem a assunção de seres humanos enquanto sujeitos construtores e interventores históricos, capazes de promover mais vida em constantes processos de libertação em diferentes espaços e tempos.

Na atualidade, poder-se-ia dizer que muitos “campos de Auschwitz” grassam impunemente a olhos descobertos, nos mais diferentes pontos do planeta, sob as mais diferentes formas de discriminação, exclusão social, desrespeito à vida e às culturas, gerando dores, misérias, mortes e a mais absoluta desolação. Em sua última carta, Freire (2000, p.67) adverte que,

[...] se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão vi-

ver plenamente a nossa opção; encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos.

Historicamente, há muitas religiões e grupos religiosos que guardam aproximações entre si, entretanto, o desconhecimento a respeito dessas afinidades é uma das fontes da intolerância. Parece residir, nos sentidos e nas particularidades de sentidos, a necessidade de uma busca de compreensão e percepção, acolhida e valorização das diferenças e, conseqüentemente, dos diferentes. Segundo Teixeira (1993, p. 07), mediante a diversidade cultural religiosa, o diálogo ecumênico e interreligioso apresenta-se hoje como um dos grandes desafios a ser trabalhado pelas diversas tradições religiosas. Para Geffré (1993, p. 68), “[...] viver a fé na era do diálogo interreligioso ensina-nos a pensar o absoluto que reivindicamos como um absoluto relacional e não como um absoluto de exclusão ou de inclusão”. Desse modo, podemos afirmar que, onde as diferenças são eliminadas, o diálogo se torna impossível.

Entretanto, quando se acolhem e respeitam às diferenças, o diálogo pode tornar-se possível. Em relação às mediações dos conflitos existentes entre diferentes grupos e tradições religiosas, geradas, na maioria das vezes, pela intolerância, pelo radicalismo, pelo fanatismo e pelo fundamentalismo, Sobel (1996, p. 01) revela que desconhece a cura, mas, sabe que “para evitá-las é preciso cultivar o respeito mútuo entre os seres humanos”. [...] É somente esta reverência, este profundo respeito mútuo, que pode conduzir-nos à paz”.

Nesta direção, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso (PCNER) elegem o diálogo enquanto o processo mediador, articulador, fomentador e criador de possibilidades para o cultivo da reverência no processo educativo, ao buscar garantir que

[...] todos os educandos tenham a possibilidade de estabelecer diálogo. E, como nenhuma teoria sozinha explica completamente o processo humano, é o diálogo entre elas que possibilita construir explicações e referenciais, que escapam do uso ideológico, doutrinário e catequético. (FONAPER, 1997, p.29).

É no exercício do diálogo com o diferente, que o ser humano gesta a possibilidade de se flagrar também um diferente e um Outro, diante de alguém Outro. Dialogar não é falar do Outro, sobre o Outro, dialogar é prioritariamente falar **com** o Outro.

Diante de uma realidade caracterizada pela diversidade religiosa, não há mais condições de uma perspectiva de entrincheiramento, de fixação num único itinerário, sem se dar conta das complexidades, contribuições e desafios de outros caminhos. A abertura ao Outro, a permeabilidade para a dinâmica da relação, do (re)conhecimento das diferenças, como enriquecimento do singular nas pluralidades, aparecem na atualidade como passagens imprescindíveis para a construção das identidades, autonomia e cidadania.

O diálogo é um espaço de interação e educação, que provoca e encaminha a libertação comunitária. Nesse exercício, saberes são socializados, revendo situações, limites, posturas, decisões, em um movimento que atinge, emociona, desaloja e desafia o individual e o

coletivo, onde o objetivo e o subjetivo se casam numa dança em que o corpo expressa o conflito e o desejo do surgimento de uma nova consciência, um novo passo. Nesse lugar de encontros, “não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que em comunhão buscam saber mais” (FREIRE, 1987, p. 81) homens e mulheres que, na (re)apropriação de suas palavras e sentidos, vão sendo mais, conhecendo-se e reconhecendo-se sujeitos e agentes da e na história.

3 - DIVERSIDADE CULTURAL RELIGIOSA NO BRASIL E EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UM DIREITO DO CIDADÃO

A diversidade cultural religiosa se expressa de maneira muito intensa em nosso país. Desde o início, pela multiplicidade dos povos indígenas aqui existentes. Posteriormente, pelo processo de colonização e imigração, dos espanhóis, portugueses, alemães, italianos, açorianos, eslavos de vários países, dentre outros, que, por meio de processos de intercâmbio e hibridações, acentuaram a diversidade étnica, cultural e religiosa de nossa sociedade. O grande número de povos de procedência dos escravos trazidos da África, e, depois, o intenso fluxo migratório de povos do Oriente Médio e do continente asiático intensificou, ainda mais, esse processo de diversificação cultural.

No campo religioso brasileiro, convivem inúmeras crenças e tradições religiosas de matriz indígena, africana, oriental e semita. As diferentes vivências, percepções, elaborações em relação ao sagrado integram o substrato cultural dos povos, cujos relatos e registros, elaborados sistematicamente pela humanidade, se constituem em uma rica fonte de conhecimentos a instigar, desafiar, conflitar e subsidiar o cotidiano das gerações.

Deste modo, o fenômeno religioso, entendido como algo que se manifesta na experiência humana, resultado do processo de busca que o humano realiza na procura de sentido para a vida, está presente de modo diverso em todas as culturas, integrando os conjuntos de conhecimentos que caracterizam e estruturam as sociedades. Este conhecimento religioso encontrado nas mais diferentes formas de religiosidades, credos e tradições religiosas, se constitui como um dos referenciais utilizados pelos sujeitos para (re)construir caminhos e dar respostas às diferentes situações e desafios cotidianos, configurando as identidades pessoais e sociais. São como fios que, entrelaçados na teia identitária de grupos, comunidades ou culturas, integram sua tessitura.

A diversidade religiosa manifesta-se no contexto escolar na multiplicidade de comportamentos, atitudes, valores, símbolos, significados, linguagens, roupas e sinais sagrados, bem como nos referenciais éticos e morais utilizados pelos sujeitos para realizarem suas escolhas em relação ao outro, ao mundo e à vida. Interagir com a diversidade de conhecimentos, territórios e territorialidades presentes no cotidiano escolar é altamente desafiador.

Uma educação comprometida com a diversidade de seus sujeitos e situações requer de toda a sociedade e, particularmente da

comunidade escolar, um conjunto de reflexões e práticas, que abordem as diferenças dentro e além dos seus espaços e lugares. A diversidade cultural religiosa se apresenta e transita, de forma marcante, nas salas de aula das escolas brasileiras, espaços e lugares sociais que possibilitam, ou não, o encontro de diferentes sujeitos, cada qual com seus símbolos, ritos, crenças, tempos, culturas e valores próprios.

Desse modo, a diversidade alude à circunstância dos sujeitos de serem diferentes. Embora também faça alusão ao fato de que a diferença se transforme, na realidade, em desigualdade (SACRISTÁN, 1992). Esta realidade se configura em desafio para os que insistem nas sendas de uma formação homogênea, assim como para os que trilham os caminhos do respeito às diferenças, numa perspectiva de educação que se pauta na convivência de aprendizados heterogêneos.

Em face ao complexo processo histórico de formação étnico-cultural do povo brasileiro, os diferentes valores dos educandos e educadores, muitas vezes, aparecem como um fato conflituoso no contexto escolar, por práticas e relações permeadas por tentativas de invisibilização, silenciamentos e preconceitos, relacionados às diferentes identidades e valores de caráter religioso, que integram a tessitura dos valores sociais de diferentes grupos e comunidades.

Ao mesmo tempo, essa diversidade religiosa historicamente constituída por interações, imposições e hibridismos, constitui uma riqueza ímpar nas diversas culturas presentes em nosso país. Exige atenção e esforços conjuntos no sentido de erradicar conflitos e relações de poder geradas por grupos hegemônicos, que buscam produzir identidades e diferenças na intenção de manter privilégios, por meio de processos de normalização do outro e anulação das diferenças.

Pensar a diversidade em sua multiplicidade de textos e contextos, presença das singularidades na pluralidade, buscando romper uma perspectiva histórica e monocultural da educação, é pauta intransferível para todo e qualquer processo de educação.

O Brasil já teve uma única religião oficial - o catolicismo - com a Constituição de 1824, que perdurou até a proclamação da República. Neste período, só eram permitidos templos católicos. O clero fazia parte do funcionalismo do Estado. Eram praticadas outras religiões e confissões religiosas, mas seus integrantes sofriam discriminação e só podiam realizar seus atos religiosos em particular, no espaço privado, e não em lugares públicos.

Com a República, o Brasil se tornou um Estado Laico, isto é, deixou de ter uma religião oficial e se separou da Instituição Religiosa. A atual Constituição Brasileira, de 1988, aborda a questão religiosa nos seguintes termos:

TITULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito

Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

[...]

Art 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

[...]

II - prevalência dos direitos humanos;

[...]

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos direitos e deveres individuais e coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, a igualdade, a segurança, a e a propriedade, nos termos seguintes:

[...]

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

[...]

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

[...]

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

TÍTULO VIII

Da Ordem Social

CAPÍTULO III

Da Educação, da Cultura e do Desporto

[...]

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

[...]

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica

comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

[...]

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver.

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - em seu Artigo 33 (nova redação dada pela Lei n. 9.475/97), estipulou o seguinte:

Art. 33 - O ensino religioso, de matrícula facultativa, **é parte integrante da formação básica do cidadão**, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental, **assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.**

§ 1. Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2. Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

Portanto, da leitura da Carta Magna e dos demais dispositivos constitucionais, fica assegurada a liberdade de culto e estabelecido que nenhuma pessoa pode ser discriminada por motivo de qualquer natureza, incluído o de religião. Preserva-se, assim, o direito subjetivo de consciência, tanto para professar quanto para não professar nenhum credo religioso. Complementarmente, a lei assegura o conhecimento e o respeito à diversidade cultural religiosa do país, sendo vedadas, nas escolas, quaisquer espécie de proselitismo e, de forma consequente, de discriminação.

A questão religiosa é uma das mais delicadas no que se refere às diversidades. Para a construção de *outros mundos, melhores e possíveis*, é mister a construção de mundos que sejam portadores de diálogos em reverência. Neste contexto, a escola apresenta-se como um dos espaços onde, a partir de exercícios em e com alteridade, podem ser construídas e desenvolvidas práticas pedagógicas que objetivem:

- a) Compreender os diferentes grupos e tradições religiosas como fenômenos presentes em diversas culturas, ao longo da História da Humanidade, pois cada uma é portadora de significados e sentidos, que por sua vez, estão vinculadas às identidades pessoais e sociais;

b) Conhecer as religiões, as diversas expressões de religiosidade sociais e/ou de caráter eclesial de forma crítica, criativa e contextualizada, cotejando informação e realidade, de modo a que o educando e o educador (re)conheça(m) as próprias crenças e as situem em relação a outras, com base no princípio do valor histórico-cultural de cada uma, promovendo o sentido da tolerância, da acolhida, da reverência e do convívio respeitoso com o diferente nas diferenças;

c) Compreender o Ensino Religioso como uma área de conhecimento, que objetiva proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a fim de possibilitar esclarecimentos sobre o direito à diferença, valorizando o pluralismo e a diversidade cultural presentes na sociedade, para que as culturas sejam conhecidas em idêntico grau e valor, com reverência e respeito às alteridades (FONAPER, 1997).

d) Adotar a perspectiva da diversidade religiosa de modo articulado com outras dimensões de Cidadania e, desse modo, na Escola, articular vários componentes curriculares História, Geografia, Língua Portuguesa, Literatura, Filosofia, Sociologia, Ensino Religioso, entre outros.

e) Promover o entendimento do conhecimento religioso como um dos conhecimentos para e na construção da dignidade humana, própria e do Outro, um direito do cidadão;

f) Promover a construção de uma convivência fraterna, mediante práticas de diálogo ecumênico e inter-religioso, em que o respeito às diferenças tem por base um compromisso moral e ético;

Assim, a diversidade religiosa deve ser reconhecida, não como expressão da limitação humana ou fruto de uma realidade conjuntural passageira, mas como traços de riqueza e valor.

[...] A diferença deve suscitar não o temor, mas a alegria, pois desvela caminhos e horizontes inusitados para a afirmação e crescimento da identidade. A abertura ao pluralismo constitui um imperativo humano e religioso. [...] Reconhecer o pluralismo religioso de princípio, e não apenas de fato, significa descobrir significado positivo das diversas tradições religiosas[...]. (TEIXEIRA, 2006, p. 37).

Propiciar espaços e lugares para construção de relações alteritárias entre diferentes culturas, povos e religiões, possibilitando a cada sujeito/grupo a liberdade de se desenvolver sem sofrer preconceitos, silenciamentos e discriminações, se constitui em um dos grandes desafios da sociedade e educação brasileira.

Como poderemos responder a este desafio? Que ciências, culturas, lógicas, saberes e tecnologias serão priorizados? Que concepções orientarão os currículos escolares? Que práticas sociais e pedagógicas poderão ser desenvolvidas nesta direção?

Neste contexto, contribuir para a reflexão/revisão da maneira como se tem tratado historicamente as diferenças, demanda perspectivas, pesquisas e práticas pedagógicas que, de forma interdisciplinar e intercultural, tomem por princípio a alteridade absoluta do

Outro (LÉVINAS, 2005). Busquem extirpar lógicas, epistemologias e valores, que legitimam processos de exclusões, desigualdades e genocídios, trazendo a nov(idade), que se (re)vela nas diversidades histórico-culturais, entre elas, as de caráter religioso, em permanentes exercícios de acolhida, tolerância e reverência na alteridade.

Um dos meios reside na construção de formas de (com)vivência, que (re)conheçam as diferenças e assegurem o respeito à história, ao desenvolvimento, à identidade, à memória, à religiosidade e crença de cada pessoa, grupo social, povo, etnia e cultura por meio do diálogo, da troca de conhecimentos e da promoção dos direitos humanos.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES PARA OS EDUCADORES

1. Investigar no espaço pedagógico e na comunidade local a diversidade religiosa que aí transita e transita além destes lugares, fazendo registros sob diferentes formas e atividades;

2. Organizar pesquisas sobre diferentes religiões que existem no mundo, entre elas as registradas em sala de aula;

3. Promover pesquisas de natureza conceitual, em dicionários e livros especializados, a respeito de termos relativos à diversidade religiosa contidas no texto e em outras leituras;

4. Organizar leituras e pesquisas sobre processos e atitudes de intolerância, conflitos e guerras de natureza religiosa ao longo da história e na atualidade;

5. Promover leituras e debates sobre as garantias constitucionais e, outras de natureza legal, à liberdade de culto e expressão religiosa;

6. Promover pesquisas e debates sobre a prática do diálogo e ações ecumênicas e inter-religiosas;

7. Organizar projetos interdisciplinares sobre o tema da Diversidade Religiosa e dos Direitos Humanos envolvendo diferentes áreas do conhecimento em diferentes possibilidades de atividades como, por exemplo:

- **Língua Portuguesa:** Elaboração e interpretação de textos (crônicas, jograis, poesias, letras de canções, painéis, entre outros) decorrentes das várias atividades sugeridas acima;

- **Literatura:** leitura e interpretação de textos literários relativos aos diferentes grupos, tradições (mitos, contos, lendas, textos sagrados, religiosidade popular, poesias, letras de canções, literatura de cordel, entre outros) e questões religiosas;

- **Língua estrangeira:** Leitura e interpretação de textos literários estrangeiros (nas línguas oferecidas pela escola, especialmente a indígena) sobre os diferentes grupos, tradições e questões religiosas;

- **Artes:** Socialização, pelos caminhos da história da arte, de expressões artísticas, conhecimentos, fatos, danças, símbolos, entre outros, de procedência religiosa, explorando as artes cênicas, visuais e plásticas. Organização de mostra de trabalhos de diferentes portes e abrangências, envolvendo a comunidade educativa;

- **Educação Física:** Jogos cooperativos envolvendo o respeito pelo Outro.

- **Geografia:** Estudo da distribuição territorial dos diferentes grupos e tradições religiosas no planeta; territórios marcados por intolerâncias religiosas, convivências ecumênicas e inter-religiosas (aldeias, comunidades, encontros e eventos de âmbito local até internacional);
- **História:** Estudos sobre a constituição histórica dos diferentes grupos, tradições religiosas e não religiosas existentes da antiguidade à atualidade;
- **Biologia:** Pesquisas e estudos envolvendo os conhecimentos milenares dos diferentes povos, etnias, grupos e tradições religiosas relacionados à Natureza, suas práticas e preceitos de preservação e cuidado para com a vida, o ser humano e o planeta;
- **Física e Química:** Pesquisas envolvendo dados e concepções, que teorizam e confirmam, ou não, aproximações e/ou diferenças a partir dos olhares da ciência e olhares dos diferentes grupos e tradições religiosas;
- **Matemática:** Elaboração e análise de estatísticas em decorrência das pesquisas desenvolvidas relativas ao tema. Pesquisas e estudos envolvendo a simbologia numérica, entre outras, dos diferentes povos e suas religiões;
- **Ensino Religioso:** Pesquisas, diálogos e estudos sobre a diversidade religiosa, que transita no espaço escolar e na sociedade, identificando atitudes de intolerância e tolerância, conflitos e guerras de natureza religiosa, assim como vivências respeitadas e fraternas entre diferentes grupos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Cleide Rita Silvério de. O homem contemporâneo e a sacralidade. In: MARTINI, Antonio et.al. **O humano, lugar do sagrado**. 2 ed. São Paulo, SP: Editora Olho d'Água, 1995. p. 47-54.
- ANDRÉ, Maristela G.; LOPES, Regina Pereira. A construção do humano. In: MARTINI, Antonio, et al. **O humano, lugar do sagrado**. 2 ed. São Paulo, SP: Editora Olho d'Água, 1995.
- BOBSIN, Oneide. Tendências religiosas e transversalidade: hipóteses sobre a transgressão de fronteiras. In: BOBSIN, Oneide, et al. **Globalização e Religião: desafios à fé**. São Leopoldo: Editado por Walter Altmann e Lori Altmann, 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988**. Rio de Janeiro Degrau Cultural, 1988.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96**, com a nova redação dada pela Lei N° 9.475, de 22 de julho de 1997.
- _____. **Resolução n. 02:** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 02 de abril de 1998.
- CATÃO, Francisco. **A educação no mundo pluralista: por uma educação da liberdade**. São Paulo: Paulinas, 1993.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **História das crenças e das idéias religiosas**. Tomo II, vol. 1. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000, p. 67.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FONAPER, Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso**. 2 ed. São Paulo, SP: Ave Maria, 1997.

GEFFRÉ, Claude. A fé na era do pluralismo religioso. In: TEIXEIRA, Faustino Couto (org.). **Diálogo de pássaros**: nos caminhos do diálogo inter-religioso. São Paulo: Paulinas, 1993.

KUNG, Hans. **Projeto de ética mundial**: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência. Tradução Haroldo Reimer. São Paulo: Paulinas, 1992.

LÉVINAS, Emmanuel, **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. Tradução de Pergentino Stefano Pivatto (coordenador). Petrópolis: Vozes, 2005.

MARTINI, Antonio et al. **O humano, lugar do sagrado**. 2 ed. São Paulo, SP: Editora Olho d'Água, 1995.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da Silva; MOREIRA, Antonio Flávio (orgs.). **Territórios contestados**: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 2.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

SOBEL, Henry I. **Construindo a paz na sociedade contemporânea**. Agosto 1996. (mimeo)

TEIXEIRA, Faustino Couto (Org.). **Diálogo de pássaros**: nos caminhos do diálogo inter-religioso. São Paulo: Paulinas, 1993.

_____. Diálogo inter-religioso e educação para a alteridade. In: SCARLATELLI, Cleide C da Silva; STRECK, Danilo R; FOLLMANN, José Ivo. **Religião, Cultura e Educação**: Interfaces e diálogos. São Leopoldo: Editora UNISSINOS, 2006. p. 29-40.

LINKS DE INTERNET:

▪ Sobre Ensino Religioso:

Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso:
www.fonaper.com.br

GPER - Grupo de Pesquisa, Educação e Religião -
www.gper.com.br .

Secretaria de Educação do Estado de São Paulo -
<http://www.educacao.sp.gov.br> (área da CENP)

<http://www.ensinoreligioso.com.br> – endereço virtual em que as quatro primeiras apostilas elaboradas para os professores da rede pública pela Profa. Dra. Eliane Moura Silva e pelo Prof. Dr. Leandro Karnal estão disponíveis para download gratuito.

- **História das Religiões/Fontes**

Associação Brasileira de História das Religiões - <http://abhr.cjb.net>

Biblioteca Virtual de Estudos Culturais -
<http://www.prossiga.br/estudosculturais/pacc/>

Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro -
<http://www.bibvirt.futuro.usp.br/>

Klepsidra - Revista Virtual de História - <http://www.klepsidra.net>

Núcleo e Laboratório do Imaginário da USP -
<http://www.imaginario.com.br>